



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE DE SANTANA DO IPANEMA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNO DOS SANTOS SILVA  
KLEYDSON MÁCIO ARAÚJO DE FRANÇA

**Custo gerado por aluno evadido no curso de Ciências Contábeis em Santana  
do Ipanema**

Santana do Ipanema-AL

2021

BRUNO DOS SANTOS SILVA  
KLEYDSON MÁCIO ARAÚJO DE FRANÇA

**“CUSTO GERADO POR ALUNO EVADIDO NO CURSO DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS EM SANTANA DO IPANEMA – AL”**

Artigo apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano dos Santos

Santana do Ipanema-AL

2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Santana do Ipanema**

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S586c Silva, Bruno dos Santos  
Custo gerado por aluno evadido no curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema / Bruno dos Santos Silva, Kleydson Mácio Araújo de França. – 2021.  
24 f. : il.

Orientação: Cristiano da Silva Santos.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Contábeis. Santana do Ipanema, 2021.

Bibliografia: f. 24.

1. Ciências Contábeis. 2. Custo corrente. 3. Ufal. I. França, Kleydson Mácio Araújo de. II. Título.

CDU: 657

## FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNO DOS SANTOS SILVA  
KLEYDSON MÁCIO ARAÚJO DE FRANÇA

### “CUSTO GERADO POR ALUNO EVADIDO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM SANTANA DO IPANEMA – AL”

Trabalho de Conclusão submetido ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, unidade de Santana do Ipanema/AL como requisito parcial para grau acadêmico de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em 01 de outubro de 2021.



---

**Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos, UFAL (Orientador)**

#### Banca Examinadora:



---

**Prof. Me. Alcides José de Omena Neto, UFAL (Examinador Interno)**



---

**Prof. Dra. Patricia Brandão Barbosa da Silva, UFAL(Examinador Interno)**

## RESUMO

O objetivo do referido trabalho foi elaborar o custo gerado por alunos evadidos ou desistentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas-UFAL em Santana do Ipanema Al, no período de 2010 à 2020. Para tanto, foi utilizado o custo corrente/equivalente sem Hospital Universitário para todos os alunos da -UFAL, utilizando dados relativos ao curso de Ciências Contábeis foi gerado o custo anual por números de alunos evadidos do curso. Observado os valores nota-se a necessidade de acompanhamento e de implementação de políticas que auxiliem ainda mais os alunos no processo de: início no curso, permanência e conclusão.

**Palavras chaves:** Custo, Corrente, Ciências Contábeis, UFAL.

## **ABSTRACT**

The purpose of this work was to elaborate the cost generated by school dropouts from the Accounting Sciences Undergraduate course at the Federal University of Alagoas-UFAL in Santana do Ipanema, Alagoas, in the period from 2010 to 2020. In order to do this, the current/equivalent cost was used without a University Hospital for all students at UFAL, using data relating to the Accounting Undergraduate course, the annual cost was generated per number of students who dropped out of the course. Observing the values, it is noted the need to monitor and implement policies that further assist students in the process of: beginning the course, staying and completing.

**Keywords:** Cost, Current, Accounting, UFAL.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Custo corrente/equivalente, sem HU, acumulado para a totalidade dos alunos que ingressaram na Ufal a partir de 2010 e foram desvinculados a partir de 2015 em R\$. -----13

**Tabela 2:** quantitativo de alunos desligados por ano da Unidade da Universidade Federal de Alagoas – UFAL de ciências contábeis em Santana do Ipanema – AL. -15

**Tabela 3:** Custo corrente/equivalente sem HU do curso de Ciências Contábeis de Santana do Ipanema – AL----- 17

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Número de alunos desvinculados do curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema – AL.....16
- Figura 2** – Valores atualizados dos alunos desvinculados por ano do curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema – AL.....18

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>11</b>
2.1 Contabilidade Pública.....	11
2.2 Administração Pública.....	11
2.3 Economicidade.....	12
2.4 Custos.....	13
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>16</b>
<b>4 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>18</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública, que é tratada como um processo necessário para cumprimento das necessidades públicas (ARAÚJO E ARRUDA, 2009) ou segundo (SLOMSKI, 2010) pode ser entendida como o ramo da contabilidade geral aplicada às entidades públicas. Cabe a ela, exercer o processo administrativo, selecionando e executando em forma de serviços as necessidades coletivas, sempre mantendo um patamar de qualidade e evitando o desperdício, cabe a Administração Pública a boa aplicação dos recursos públicos.

Ao decorrer do trabalho será abordado um dos princípios que deve ser obedecido pela Administração Pública, a Economicidade que em curtas palavras é o esforço despendido pelo gestor a fim de evitar desperdícios no decorrer de sua gestão, ou mesmo, a busca por menores custos para a execução de suas necessidades, sempre mantendo um patamar de boa qualidade e tendo o processo licitatório como requisito básico.

Segundo Xavier Junior *et al.* (2019) custo de maneira geral, pode ser entendido como o esforço necessário para se alcançar um objetivo segundo , para manter um serviço público de qualidade será necessário um gasto para isso, esse gasto pode ser entendido como custo para conquistar algo, como é o caso da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, para formar profissionais, será necessário um gasto com estrutura e profissionais para que haja uma formação adequada e com o resultado em profissionais qualificados.

Dessa forma, foi realizado levantamento de quantitativos de alunos desvinculados do curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema – AL e foi feito o cruzamento com os dados e valores levantados no relatório da CGU, chegando a um total por ano acumulado dos custos que a Universidade teve com as evasões dos alunos.

Contudo, a UFAL possui políticas e estratégias de combate as evasões, apresentado soluções e acatando às exigências apresentadas pelos grupos de auditores que elaboraram o relatório da CGU.

O objetivo principal desse trabalho foi identificar o custo e evasão dos alunos pertencentes ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas no período de 2010 à 2020

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade voltada para o registro, controle e a demonstração dos atos e fatos mensuráveis em moeda que afetem o patrimônio da União, Estados, seus Municípios e suas respectivas autarquias, Araújo e Arruda (2009). Ou seja, é o ramo destinado ao controle e mensuração dos fatos rotineiros ou não, que norteiam todo mecanismo público.

Segundo Bernardo (2014) o ramo da contabilidade pública, aplica as normas contábeis no processo de geração de informação direcionadas à gestão patrimonial das entidades públicas, nesse sentido a contabilidade pública apresenta-se como ferramenta para auxiliar a gestão de entidades públicas.

A contabilidade pública é uma das tantas ferramentas necessárias para uma gestão eficiente e eficaz de qualquer entidade, pois, é através dos registros contábeis que é possível um acompanhamento detalhado dos atos e fatos relacionados aos gastos e custos relativos à existência e permanência de uma instituição. O acompanhamento da progressão ou retrocessos de custos relativos à manutenção e continuidade sem que haja uma diminuição na qualidade do serviço público prestado é uma missão dos administradores públicos, irão sempre visar o princípio da Economicidade, encontrando o menor valor de gasto necessário para manter uma boa qualidade de serviço prestado.

### 2.2 Administração Pública

A administração pública pode ser entendida como o conjunto ordenado de órgãos e pessoas que prestam serviços públicos visando o benefício da coletividade dentre os vários conceitos que moldam a doutrina pode-se ver que a Administração Pública engloba todo o aparelhamento do Estado Araújo e Arruda (2009). Segundo o mesmo autor, temos que:

A Administração Pública assume uma conotação de *processo*, com o propósito de possibilitar o cumprimento das funções básicas do Estado, especialmente os serviços indispensáveis à satisfação das necessidades coletivas. Esse instrumental de ações do Estado funciona como um *conjunto de processos* por meio dos quais os recursos públicos – sejam eles materiais, humanos, financeiros ou institucionais, são combinados e coordenados com vista a (i) definir e

implementar as políticas públicas (o que é feito por meio de estruturas próprias; descentralização para outros entes públicos, contratação de empresas, bem como ajuste de convênios e termos de parceria com organizações não governamentais) e (ii) a realizar as obras e os serviços demandados pelas necessidades coletivas. (ARAÚJO; ARRUDA, 2009, p.04).

Partindo desse entendimento, nota-se que a Administração Pública é o processo no qual o Estado direciona a aplicação de recursos afim de sanar as necessidades coletivas, o que é feito através de políticas públicas e descentralizações de poder, atribuindo a diversos órgãos suas obrigações e poderes.

Devido a sua vasta amplitude, o termo Administração Pública varia de acordo com a especificidade que se deseja abordar

Assim como qualquer outra empresa privada, a Administração pública carece de suprimentos e existe uma necessidade de continuidade e de padrões de qualidade que devem ser observados, para tanto, tem como fatores críticos minimizar os custos na aquisição dos bens ou serviço evitando o desperdício, mantendo a premissa de que ao ser executada e com todas as possibilidades de economia alcançadas, a sobra de recursos será evidente, tendo um novo saldo para que se possa ser aplicado em outros setores. Em outras palavras, quando é possível ser economizado em uma área, imediatamente pode ser investido em outra, ou seja, sobrar mais dinheiro para ser investido em algo que esteja necessitando, sem que se perca a qualidade do serviço que atualmente está sendo prestado.

Caberá a essa Administração avaliar as possibilidades de implantação das novas estruturas, depois de avaliado e concluído será iniciado o processo licitatório para a implementação das novas funcionalidades da instituição.

### **2.3 Economicidade**

A economicidade ou princípio da economicidade é um dos princípios fundamentais para administração pública, assegurado na constituição federal de 88 em seu Art. 70, que em resumo é a obtenção do melhor resultado, com o menor custo possível para o ente público.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso

Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (BRASIL, 1988).

Para que a administração pública funcione de forma eficiente, ela também deverá evitar o desperdício do erário público, com isso eficiência e economicidade deverão caminhar juntas para o bem comum, conseqüentemente obtendo melhores resultados.

O conceito “Economicidade” passou a ganhar grande força na administração pública moderna, atual, por fatores políticos socioeconômicos, fatores climáticos, como também a grande revolução tecnológica que se deu nos últimos anos, com isso forneceu ao fisco novas ferramentas e métodos para se avaliar a eficiência e a eficácia da administração pública, e como está se dando a alocação desses recursos, sendo assim, esses conceitos passaram a ser colocados cada vez mais em pauta, pois mesmo nos dias atuais eles se mostram cada vez mais necessários para obtenção de melhores resultados.

O cenário político nacional e internacional influencia diretamente na oferta de serviços públicos essenciais para a sociedade como um todo, com isso esse princípio deve ser levado sempre em consideração, pois nem sempre o ente público vai dispor de grandes montantes para aloca-los para determinados fins. Economizar não necessariamente é gastar menos para se obter um determinado bem ou serviço, alguns fatores como viabilidade financeira e de tempo e/ou, se realmente vale a pena esse dispêndio de recurso

## **2.4 Custos**

A Lei nº 4.320 de 1964 em seu artigo 99 determina que os serviços públicos deverão manter contabilidade específica para a determinação de custos. Desde 1964 temos legislação onde já se exigia do setor público uma transparência e identificação dos gastos públicos, mas foi bem depois disso que foi homologado a primeira versão de Sistema de Informação de custos – (SIC). Em 2010 foi quando foi homologada a primeira versão de SIC e em 2011 que portaria nº 157 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), posteriormente o Conselho Federal de Contabilidade em novembro de 2011 com a NBCT 16.11 Xavier Junior *et al.* (2019)

Foi em 2002 que o Tribunal de Contas da União – (TCU) em sua decisão nº408/2002 determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior – (IFES) adicionem em seus relatórios 9 (nove) indicadores de desempenho, que são:

- I. Custo Corrente / Aluno Equivalente;
- II. Aluno Tempo Integral / Professor;
- III. Aluno Tempo Integral / Funcionário;
- IV. Funcionário / Professor;
- V. Grau de Participação Estudantil (GPE);
- VI. Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG);
- VII. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;
- VIII. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);
- IX. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG);

Seu intuito é observar o avanço e desempenho da entidade. Vale lembrar que, não existe um parâmetro aceitável ou potencialmente ruim de desempenho, o TCU tem nesses indicadores uma ferramenta de aprimoramento e acompanhamento que servirá apenas como um indicador para a gestão dos custos nas IFES.

Custo de maneira geral, pode ser entendido como o esforço necessário para um determinado objetivo Xavier Junior *et al.* (2019). Sendo assim o custo está associado ao objetivo necessário a ser atingido, no caso das IFES, existe uma necessidade de formação de profissionais capacitados para exercício de suas funções/profissões.

No setor público podemos identificar o custo exatamente como citado anteriormente de uma maneira geral, existindo a necessidade de prestação de serviço pelos órgãos do setor público, notavelmente será necessário um custo para manter o serviço e na qualidade em suas execuções mantendo assim um processo eficiente e eficaz. As IFES adicionam em seus relatórios, gerenciais indicadores exigidos pelo TCU com o intuito de acompanhar e melhorar a gestão em todos os parâmetros.

O custo que iremos utilizar será o custo corrente/Aluno Equivalente extraídos do relatório de gestão dos exercícios de 2013, 2016 e 2019 informados pelo relatório da Controladoria Geral da União – (CGU) nº 843640 e publicado em 28 de janeiro de 2021, para a Universidade Federal de Alagoas – (UFAL). Nesse contexto foi utilizado os indicadores levantados pela CGU e determinar o custo de cada aluno na unidade

de Santana do Ipanema, no curso de Ciências Contábeis, com informações obtidas sobre as evasões dos alunos durante um período de 10 anos.

### 3 METODOLOGIA

O referido trabalho se deu por meio da análise dos dados obtidos junto a UFAL, da secretaria do curso de Ciências Contábeis da unidade Santana do Ipanema e via portal do estudante SIEWEB. Foram coletadas informações pertinentes ao ingresso e desligamento dos alunos vinculados à UFAL no período de 2010 a 2020.

Para obtenção do custo e evasão dos alunos foi utilizado o custo corrente de um aluno (SEM/HU) para UFAL, e qual a média de tempo que esse aluno passou junto a Universidade (CGU, 2021). Após a aplicação de métodos analíticos foi possível catalogar e calcular quanto tempo esse aluno ficou na universidade, qual o custo anual do aluno, quanto foi que ele gerou de despesa ao longo dos anos para (UFAL).

Para fins de cálculo no seu relatório, a CGU considerou apenas alunos que ingressaram na UFAL a partir de 2010, e conseqüentemente foram desvinculados, desistiram ou foram desligados da instituição entre 2015 e 2019, e também no primeiro semestre de 2020, (tabela 1).

**Tabela 1 – Custo corrente/equivalente, sem HU, acumulado para a totalidade dos alunos que ingressaram na Ufal a partir de 2010 e foram desvinculados a partir de 2015 em R\$**

Ano Desvinculação		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ano	Custo corrente sem HU/aluno	Custo corrente acumulado do aluno desvinculado					
Ingresso	equivalente						
2010	6.440,28	61.775,62	69.037,40	79.747,49	98.123,73	110.437,96	122.107,81
2011	11.558,26	55.335,34	62.597,12	73.307,21	91.683,45	103.997,68	115.667,53
2012	12.522,58	43.777,08	51.038,86	61.748,95	80.125,19	92.439,42	104.109,27
2013	14.073,14	31.254,50	38.516,28	49.226,37	67.602,61	79.916,84	91.586,69
2014	17.181,36	17.181,36	24.443,14	35.153,23	53.529,47	65.843,70	77.513,55
2015	7.261,78	-	7.261,78	17.971,87	36.348,11	48.662,34	60.332,19
2016	10.710,09	-	-	10.710,09	29.086,33	41.400,56	53.070,41
2017	18.376,24	-	-	-	18.376,24	30.690,47	42.360,32
2018	12.314,23	-	-	-	-	12.314,23	23.984,08
2019	11.669,85	-	-	-	-	-	11.669,85

Fonte: relatório nº 843640 Controladoria Geral da União – CGU. Alagoas (2021).

Foi computado integralmente o custo do ano no qual o aluno ingressou independentemente de ele ter ingressado no primeiro ou no segundo semestre, e também foi desconsiderado o custo do ano no qual o aluno foi desvinculado, mesmo que isso tenha ocorrido por desistência, ou fosse desligado no segundo semestre, ou mesmo, no final do ano.

Para calcular a inflação ocorrida no período foi utilizado o cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA que mede a variação dos valores encontrados, foi elaborado junto ao site do BCB – Banco Central do Brasil com a ferramenta calculadora do cidadão.

#### 4 ANALISE DE DADOS

Foram desligados 265 alunos do curso de ciências contábeis durante o período analisado, sendo consideradas as informações relacionadas ao ano de início e ano de desligamento da UFAL ( tabela 2).

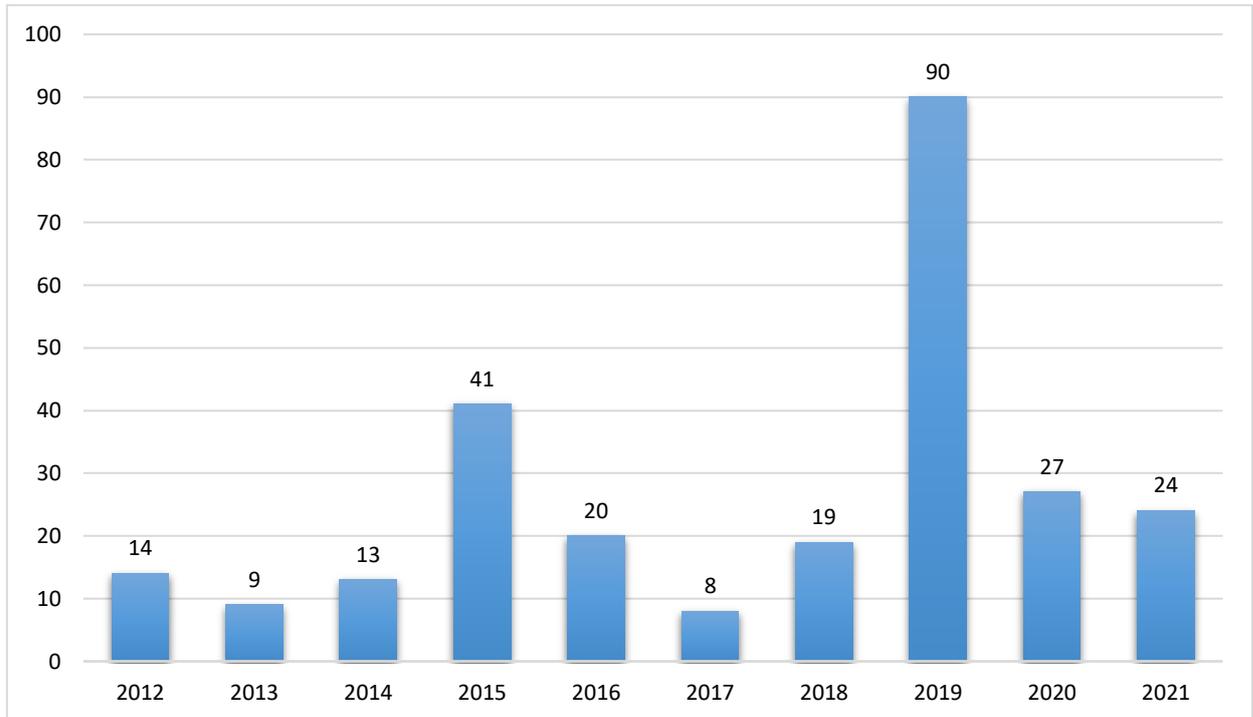
**Tabela 2 – quantitativo de alunos desligados por ano da Unidade da Universidade Federal de Alagoas – UFAL de ciências contábeis em Santana do Ipanema – AL.**

Contagem de matrícula	Ano de desligamento										Total Geral
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Ano de início											
2010	1	3	3	1	7		6	4			25
2011	13	5	6	17	2		9	9			61
2012		1	1	8	3			27		2	42
2013			3	12	3	1		17	1	2	39
2014				3	3	2		16	5	2	31
2015					2	1		9		3	15
2016							2	6	6	6	20
2017						4		1	7	2	14
2018							2	1	8	7	18
<b>Total Geral</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>41</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>90</b>	<b>27</b>	<b>24</b>	<b>265</b>

Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Em determinado período houve aumento no número de desligamentos como é o caso dos alunos que iniciaram em 2012 e foram desligados em 2019, fato esse que pode ser observado e pela quantidade de anos em que os alunos estavam na instituição, trata-se de discentes da mesma turma que estavam com pendências, porém, ao não serem sanadas, houve o desligamento o que deu ao ano de 2019 o maior percentual de alunos desvinculados observados na pesquisa (figura 1).

**Figura 1 – Número de alunos desvinculados por do curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema - AL**



Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Observando os critérios e fazendo os levantamentos de números de alunos e utilizando como base os dados publicados pela CGU de Maceió, foram feitos os cálculos do custo corrente/equivalente sem HU do **curso de Ciências Contábeis de Santana do Ipanema – AL** apresentados na Tabela 3.

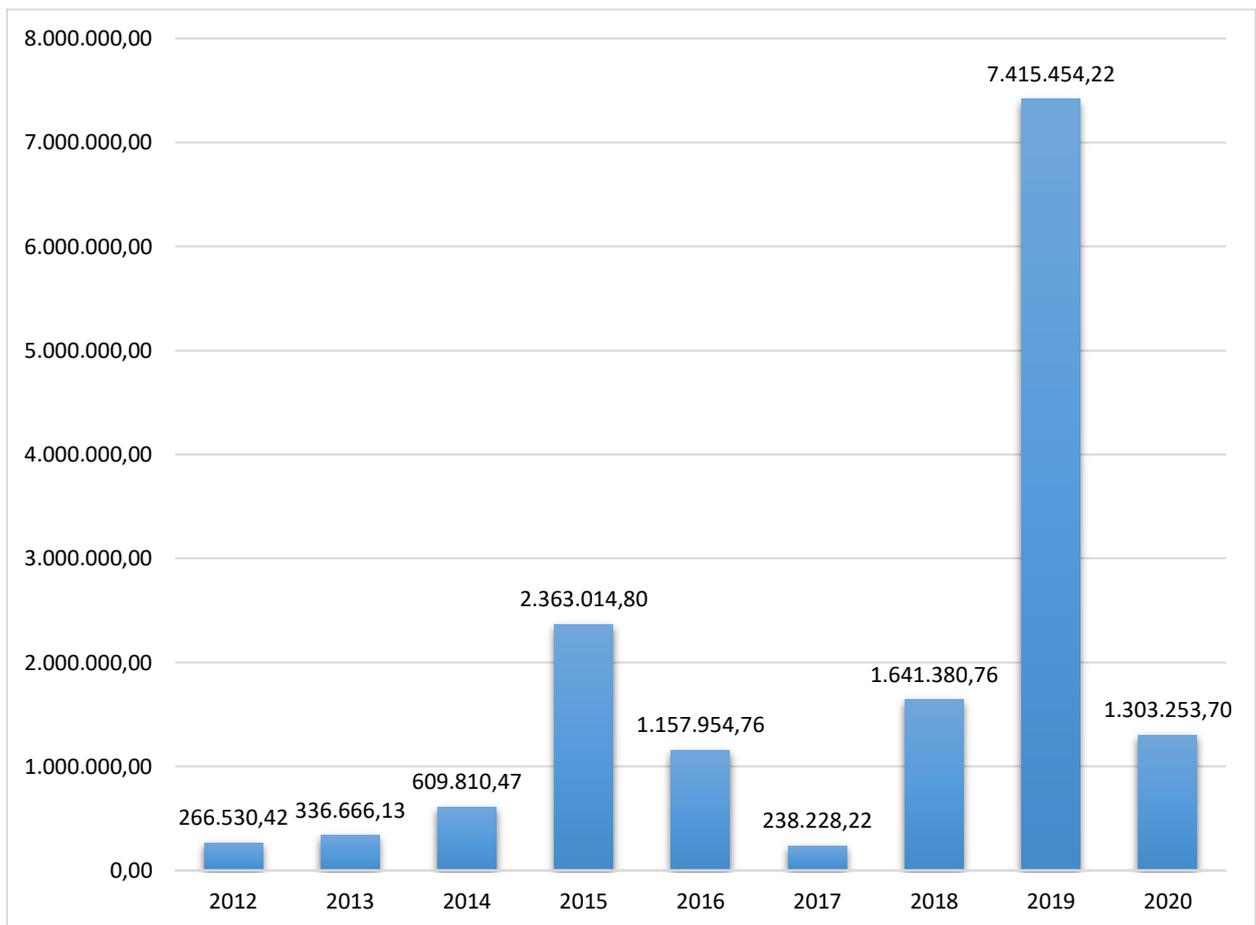
**Tabela 3 – Custo corrente/equivalente sem HU do curso de Ciências Contábeis de Santana do Ipanema – AL**

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Desvinculação										
Ano Ingresso	Custo total acumulado referente aos alunos desvinculados									
2010	R\$ 17.998,54	R\$ 91.563,36	R\$ 133.782,78	R\$ 61.775,62	R\$ 483.261,80		R\$ 588.742,38	R\$ 441.751,84		<b>R\$ 1.818.876,32</b>
2011	R\$ 150.257,38	R\$ 120.404,20	R\$ 228.923,88	R\$ 940.700,78	R\$ 125.194,24		R\$ 825.151,05	R\$ 935.979,12		<b>R\$ 3.326.610,65</b>
2012		R\$ 12.522,58	R\$ 26.595,72	R\$ 350.216,64	R\$ 153.116,58			R\$ 2.495.864,34		<b>R\$ 3.038.315,86</b>
2013			R\$ 42.219,42	R\$ 375.054,00	R\$ 115.548,84	R\$ 49.226,37		R\$ 1.358.586,28	R\$ 91.586,69	<b>R\$ 2.032.221,60</b>
2014				R\$ 51.544,08	R\$ 73.329,42	R\$ 70.306,46		R\$ 1.053.499,20	R\$ 387.567,75	<b>R\$ 1.636.246,91</b>
2015					R\$ 14.523,56	R\$ 17.971,87		R\$ 437.961,06		<b>R\$ 470.456,49</b>
2016							R\$ 58.172,66	R\$ 248.403,36	R\$ 318.422,46	<b>R\$ 624.998,48</b>
2017						R\$ 73.504,96		R\$ 30.690,47	R\$ 296.522,24	<b>R\$ 400.717,67</b>
2018							R\$ 24.628,46	R\$ 12.314,23	R\$ 191.872,64	<b>R\$ 228.815,33</b>
2019										
<b>Totais</b>	<b>R\$ 168.255,92</b>	<b>R\$ 224.490,14</b>	<b>R\$ 431.521,80</b>	<b>R\$ 1.779.291,12</b>	<b>R\$ 964.974,44</b>	<b>R\$ 211.009,66</b>	<b>R\$ 1.496.694,55</b>	<b>R\$ 7.015.049,90</b>	<b>R\$ 1.285.971,78</b>	<b>R\$ 13.577.259,31</b>
<b>FATOR IPCA ACUMULADO</b>	<b>1,58407750</b>	<b>1,49669210</b>	<b>1,41316260</b>	<b>1,32806530</b>	<b>1,19998490</b>	<b>1,12899320</b>	<b>1,09667050</b>	<b>1,05707790</b>	<b>1,01343880</b>	
<b>Totais Atualizados</b>	<b>R\$ 266.530,42</b>	<b>R\$ 336.666,13</b>	<b>R\$ 609.810,47</b>	<b>R\$ 2.363.014,80</b>	<b>R\$ 1.157.954,76</b>	<b>R\$ 238.228,22</b>	<b>R\$ 1.641.380,76</b>	<b>R\$ 7.415.454,22</b>	<b>R\$ 1.303.253,70</b>	<b>R\$ 15.332.293,48</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas tabelas 1 e 2 deste artigo juntamente com apoio do relatório nº 843640 Controladoria Geral da União – CGU. Alagoas (2021). Fatores do IPCA óbitos do Banco Central do Brasil (BCB) – Calculadora do Cidadão (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores#>) Acesso em 29 set. 2021.

As evoluções dos custos relativos aos totais alcançados no curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema – AL resultaram em um valor real acumulado líquido de R\$: 15.332.293,48. O ano de 2019 teve o maior custo por alunos desvinculados sendo R\$ 7.415.454,22. ( figura2).

**Figura 2** – Valores atualizados dos alunos desvinculados por ano do curso de Ciências Contábeis em Santana do Ipanema - AL



Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Uma possível causa para agravamento o aumento desse valor são as retenções e posteriores desvinculações dos alunos, aponta o relatório. A retenção desses alunos em seus cursos sem que haja uma proposta ou direcionamento menos burocrático, essa retenção acontece por diversos fatores, um deles é o número de reprovações dos alunos, e como existe uma falta de definições de estratégias para o acompanhamento adequado para esse quesito o aluno não avança, mantendo vínculo com a unidade, o que possivelmente resultará em evasão dos alunos e

consequentemente desperdício de recursos públicos empenhados em suas formações.

Entretanto, a UFAL tem dado resposta aos acontecimentos, não somente ao relatório emitido pela CGU mas também aos discentes, em seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC afirmar e estabelece diretrizes para o apoio aos discentes afirmando que, suas práticas e condutas estão pautadas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFAL que por sua vez utiliza os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Assistência estudantil – PNAES, que trata no artigo 2º inciso III e IV “reduzias as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010).

## 5 CONCLUSÃO

Obedecendo o princípio da Economicidade onde um ente público deve procurar por meios legais uma otimização nos gastos para a sua funcionabilidade, gastando o necessário, sem que haja desperdícios. Que foi justamente a propostas dada pela CGU para a UFAL. Por outro lado, a Economicidade se refere a otimização dos gastos sem que haja uma perda de qualidade na prestação do serviço, o que pode transforma uma tarefa simples em uma bem delicada, afinal, como gastar menos mantendo uma das melhores e mais procuradas redes de ensino do estado? Observando por outro ponto de vista, o que é de extrema importância ressaltar que, se trata do ente formador de profissionais, e que encabeça a lista das universidades mais concorridas do estado, naturalmente pelo ensino de qualidade e nível dos profissionais formadores. Por esse motivo, manter uma estrutura desse porte exige um custo que naturalmente será alto.

O que pode ser notado é que existem situações estruturais que precisam ser aprimoradas, como é o caso dos acompanhamentos dos alunos com um grande número de reprovações, uma revisão no que tange os pré-requisitos apontados em diversos momentos da pesquisa e do Relatório de Avaliação da CGU como um fator que impede os alunos de avançarem no curso e outro fator são os alunos que mesmo fora da faculdade, continuam a receber incentivos financeiros (BOLSAS) da universidade, notavelmente é necessário um acompanhamento maior.

O que pode ser concluído com isso é que os relatórios apontados pela CGU e exigidos pelos TCU são ferramentas de extrema necessidade, pois foi a partir desses achados que foi possível concluir os valores acumulados por alunos da Universidade e acompanhar sua evolução durante os anos, cabendo aos gestores desenvolverem estratégias para diminuir a evasão na universidades e gerenciar de maneira adequada os recursos disponibilizados, mantendo assim, uma estrutura de ótima qualidade com os custos necessários para seu funcionamento.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO**. Maceió: 2021.

ALBIERO, Helton Jaques; SILVA, Marcelo Rodrigues da. Economicidade, eficiência e transparência nas compras públicas via pregão eletrônico: estudo de caso dos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013 realizados pelo IFPR – *Campus Assis Chateaubriand*. **ForScience**: revista científica do IFMG, Formiga, v.6, n. 1, e00275, Jan. /Jun. 2018.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BERNARDO, Fabiano Domingos. **Contabilidade Pública**. Florianópolis: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Ifsc, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 70, de 05 de outubro de 1988. Brasília.

BRASIL. Constituição (1964). Lei nº 4320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro Para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe Sobre O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília,

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública um Enfoque na Contabilidade Municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

XAVIER JUNIOR, Antonio Erivando et al. Relação entre desempenho e custos no setor público: um estudo nas Universidades Federais do Brasil. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 26., 2019, Curitiba. Relação entre desempenho e custos no setor público: um estudo nas Universidades Federais do Brasil. Curitiba: 2019. p. 1-16.